

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

entre

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.,

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

com a interveniência garantia de

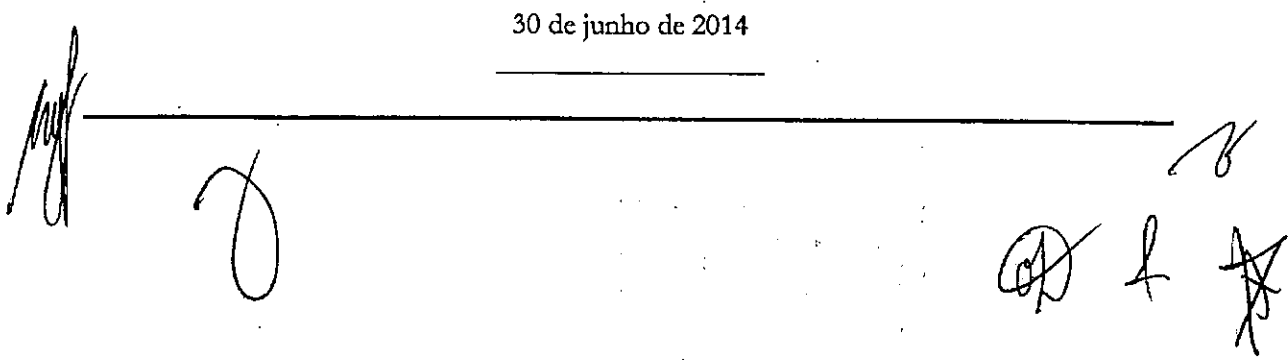
QUEIROZ GALVÃO S.A.

e

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

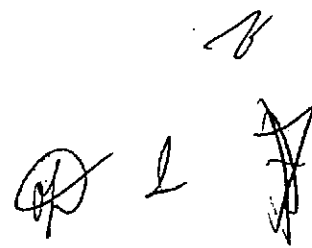
como Fiadoras

Datado de
30 de junho de 2014



ÍNDICE

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÕES.....	2
CLÁUSULA II - REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	5
CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	7
CLÁUSULA V - CONSTITUIÇÃO DE FIANÇA	15
CLÁUSULA VI - RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	17
CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO	20
CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS.....	24
CLÁUSULA IX - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	29
CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS	31
CLÁUSULA XI - AGENTE FIDUCIÁRIO.....	34
CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS	42



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco, na Ilha de Tatuoca, s/nº, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 07.699.082/0001-53 e na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) sob o NIRE 26.3.0001479-3, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”); e

II. na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos e identificados na respectiva página de assinaturas deste instrumento (“Agente Fiduciário”);

com a interveniência garantia de

III. na qualidade de fiadoras (em conjunto, “Fiadoras”),

QUEIROZ GALVÃO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 7º e 8º andares, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.798/0001-55, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos e identificados na respectiva página de assinaturas deste instrumento (“Queiroz Galvão”); e

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.522.512/0001-02, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos e identificados na respectiva página de assinaturas deste instrumento (“Camargo Corrêa”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes Contratantes" e, individual e indistintamente, como "Parte Contratante", e sendo as Partes Contratantes e as Fiadoras doravante designadas, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base nas deliberações tomadas na assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 13 de junho de 2014 ("AGE da Emissão"), a qual deliberou sobre os termos e as condições da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta Restrita", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorizações das Fiadoras

1.2.1. A presente Escritura é firmada pela Queiroz Galvão com base nas deliberações tomadas na reunião do seu Conselho de Administração realizada em 13 de junho de 2014 ("RCA da Queiroz Galvão"), a qual deliberou sobre os termos e as condições da fiança prestada pela Queiroz Galvão no âmbito da Emissão, conforme seu Estatuto Social.

1.2.2. A presente Escritura é firmada pela Camargo Corrêa com base nas deliberações tomadas na reunião do seu Conselho de Administração realizada em 13 de junho de 2014 ("RCA da Camargo Corrêa"), a qual deliberou sobre os termos e as condições da fiança prestada pela Camargo Corrêa no âmbito da Emissão, conforme seu Estatuto Social.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, cumulativamente:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação sem utilização de prospecto, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, estando tal obrigação de registro condicionada à expedição, até a data de envio de comunicação acerca do encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder à CVM, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamentos e Publicações de Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE da Emissão deverá ser arquivada na JUCEPE e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal Folha de Pernambuco, até a data de início da distribuição das Debêntures, conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA da Queiroz Galvão deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio até a data de início da distribuição das Debêntures.

2.2.3. A ata da RCA da Camargo Corrêa deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico até a data de início da distribuição das Debêntures.

2.3. Registro e Arquivamento da Escritura e eventuais Aditamentos na JUCEPE

2.3.1. Esta Escritura deverá ser arquivada na JUCEPE, até a data de início da distribuição das Debêntures, conforme disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Os eventuais aditamentos a esta Escritura (“Aditamentos”) celebrados antes da data de início da distribuição das Debêntures deverão ser arquivados na JUCEPE até a referida data.

de início da distribuição das Debêntures, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.3 A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais Aditamentos, devidamente registrados na JUCEPE, em até 10 (dez) Dias Úteis após a data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro da Escritura e eventuais Aditamentos nos Cartórios de RTD

2.4.1. Em decorrência da prestação da Fiança pelas Fiadoras, esta Escritura deverá ser registrada, até a data de início da distribuição das Debêntures, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Partes, quais sejam: (i) Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco; (ii) Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (iii) Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios de RTD").

2.4.2. Os eventuais Aditamentos celebrados antes da data de início da distribuição das Debêntures, em decorrência da prestação da Fiança pelas Fiadoras, deverão ser registrados nos Cartórios de RTD até a referida data de início da distribuição das Debêntures.

2.4.3. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais Aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de RTD, em até 10 (dez) Dias Úteis após a data de obtenção dos referidos registros.

2.5. Registro para Colocação e Negociação

2.5.1 As Debêntures serão registradas para:

- (i) colocação no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas, sempre entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com o artigo 3º de seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a comercialização, engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas, incluindo, entre outros, o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão.

3.4 Quantidade de Debêntures

3.4.1 Serão emitidas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

3.5 Número de Séries

3.5.1 A Emissão será realizada em uma única série.

3.6 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador", e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), conforme o "Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Estaleiro Atlântico Sul S.A.", a ser celebrado no âmbito da Oferta Restrita ("Contrato de Distribuição").

3.6.2 O plano de distribuição pública das Debêntures, com expressa e prévia anuência da Emissora, será organizado pelos Coordenadores e seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"); tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476. Para

tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1 Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, são entendidos como "Investidores Qualificados" os investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, quais sejam: (i) as instituições financeiras; (ii) as companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) as entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) as pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) os fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) os administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios; observado que todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, e que as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, que: (i) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora; (ii) está ciente de que, dentre outros, (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, (b) a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.1.2 acima e das regras expedidas pela ANBIMA, e (c) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, e (iii) expressamente concorda com todos os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita ("Declaração de Investidor Qualificado").

3.6.3 As Partes Contratantes comprometem-se a não realizar a busca de Investidores Qualificados por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM 476.

3.6.4 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Qualificados que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.6.5 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.6.6 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Escriturador Mandatário e Banco Liquidante na prestação dos serviços previstos nesta cláusula).

3.8 Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao reforço de caixa da Emissora com vistas a atender os negócios de sua gestão ordinária e o reperfilamento de todas as dívidas de curto prazo da Emissora contratadas junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de julho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora, e serão emitidas sob a forma escritural e nominativa, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4 **Garantias.** As Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória prestada pelas Fiadoras, nos termos da Cláusula V abaixo.

4.1.5 **Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 14 de julho de 2019 ("Data de Vencimento") (ressalvada a possibilidade de liquidação antecipada das Debêntures em razão do seu resgate antecipado ou do seu vencimento antecipado, nos termos das Cláusulas VI e VII abaixo, respectivamente).

4.1.6 **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6.1 **Atualização.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo* ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 2,00% (dois inteiros por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a efetiva data de seu pagamento, de acordo com a fórmula descrita na cláusula 4.2.2 abaixo.

4.2.1.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.2. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração, devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DIk Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread 2,0000;

n número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

- (i) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (ii) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iii) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento (ou até a data de liquidação antecipada das Debêntures em razão do seu resgate antecipado ou do seu vencimento antecipado, nos termos das Cláusulas VI e VII abaixo, respectivamente).

4.2.4. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o montante do Valor Nominal Unitário remanescente após a realização de quaisquer Amortizações Programadas ou Amortizações Extraordinárias.

4.2.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar, e consequentemente cancelar, a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.8. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.


4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1 O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, contado da Data de Emissão, todo dia 14 dos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 14 de janeiro de 2015 e o último na Data de Vencimento (ou na data de liquidação antecipada das Debêntures em razão do seu resgate antecipado ou do seu vencimento antecipado, nos termos das Cláusulas VI e VII abaixo, respectivamente) (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.3.1.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.1 acima, o pagamento da Remuneração deverá ser realizado extraordinariamente na data em que ocorrer uma Amortização Extraordinária, nos termos da cláusula 6.2 desta Escritura.

4.3.2 Farão jus ao recebimento da Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.4. Amortização Programada

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("Amortização Programada"), conforme apresentado na tabela a seguir (cada data, uma "Data de Pagamento da Amortização Programada"): 

14 de julho de 2016	14,285%
14 de janeiro de 2017	14,285%
14 de julho de 2017	14,285%
14 de janeiro de 2018	14,285%
14 de julho de 2018	14,285%
14 de janeiro de 2019	14,285%
14 de julho de 2019	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.4.2. Caso, nas datas indicadas na tabela constante da cláusula 4.4.1 acima, a Emissora deseje amortizar o Valor Nominal Unitário em percentual superior aos previstos na respectiva tabela, a amortização obedecerá ao disposto na cláusula 6.2 abaixo.

4.4.3. Farão jus ao recebimento dos valores devidos a título de Amortização Programada aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Amortização Programada.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures não custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Caso sua data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil (nos termos da cláusula 12.5.2 desta Escritura), considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos devidos e em atraso ficarão sujeitos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, ao acréscimo das despesas incorridas para cobrança, bem como a (i) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Encargos Moratórios e/ou de quaisquer outros valores adicionais durante o período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, em uma única data, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, pelo Preço de Subscrição.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.11. Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam, "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Folha de Pernambuco" (ou nos novos jornais nos quais a Emissora passe a efetuar suas publicações, conforme deliberação da assembleia geral de acionistas da Emissora), e na página da Emissora na internet (<http://www.estaleiroatlanticosul.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais aplicáveis.

4.12.2. Caso haja a alteração, após a Data de Emissão, de qualquer dos órgãos de imprensa utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações usuais, conforme deliberação da assembleia geral de acionistas da Emissora, a Emissora deverá: (i) divulgar nos jornais até então utilizados pela Emissora para suas publicações usuais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da assembleia geral de acionistas referida acima, Aviso aos Debenturistas acerca da alteração dos órgãos de imprensa utilizados pela Emissora; e

(ii) comunicar o Agente Fiduciário a respeito da referida alteração dos órgãos de imprensa na data de publicação do Aviso aos Debenturistas mencionado no item (i) acima.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará, quando dela isso for exigido nos termos das normas aplicáveis, as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.14.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da cláusula 4.15.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.14.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na cláusula 4.15.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

4.15. Liquidez e Estabilização

4.15.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para as Debêntures.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V CONSTITUIÇÃO DE FIANÇA

5.1. Garantia Fidejussória

5.1.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura, as Fiadoras assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras e principais pagadoras do Valor Garantido ("Fiança"), obrigando-se, de forma não solidária, por todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), na proporção de 50% do Valor Garantido para cada Fiadora.

5.1.2. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, incluindo, mas não se limitando a, os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

5.1.3. As Fiadoras, neste ato, renunciavam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 821, 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

5.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer das Fiadoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.1.5. Os valores não adimplidos pela Emissora serão pagos pelas Fiadoras, respeitando o limite do Valor Garantido e na proporção por cada uma devida, em até 3 (três) Dias Úteis após o recebimento, por cada Fiadora, de notificação por escrito do Agente Fiduciário. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem as Fiadoras, de suas obrigações sob esta Escritura ou sob a Fiança, conforme o caso, sendo certo que, quanto às obrigações das Fiadoras, o prazo para cumprimento estipulado nesta cláusula apenas começará a correr a partir da regular notificações das mesmas.

5.1.6. Após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido, ocorrerá a sub-rogação, pelas Fiadoras (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido. Não obstante o anteriormente disposto, caso as Fiadoras realizem o pagamento de quaisquer valores devidos e não pagos pela Emissora nos termos desta Escritura sem que haja para tanto a decretação do vencimento antecipado das Debêntures (por exemplo, pagamento de parcelas da Remuneração e/ou da Amortização Programada), as Fiadoras sub-rogar-se-ão em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo em relação à parcela da dívida por elas quitada, sendo certo que as Fiadoras se obrigam neste caso a somente exigir tais valores da Emissora uma vez que a Emissora esteja em dia com todas as suas demais obrigações (pecuniárias e não pecuniárias) existentes nos termos desta Escritura.

5.1.7. Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Fiadoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais relacionadas à excussão e pagamentos devidos pelas Fiadoras em razão da Fiança, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.1.8. A Fiança obriga as Fiadoras e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Fiadoras não poderão ceder as obrigações decorrentes da Fiança, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.1.9. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura. Para fins do artigo 835 do Código Civil, a Fiança é prestada por prazo determinado, sendo exigível até a data do integral pagamento do Valor Garantido.

5.1.10. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob qualquer hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

5.1.11. As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas, desde que com o consentimento prévio das Fiadoras; (ii) qualquer novação, desde que com o

consentimento prévio das Fiadoras ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou pedido de falência.

CLÁUSULA VI

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. *Resgate Antecipado Total.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e observados os termos e condições a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.1.1 A realização do Resgate Antecipado Facultativo dependerá de comunicação, pela Emissora aos Debenturistas, por meio de (i) correspondência endereçada à totalidade dos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ou (ii) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), em qualquer dos casos, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.1.2 Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (*flat*), de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"):

De 14 de julho de 2016 a 13 de janeiro de 2017	0,76%
De 14 de janeiro de 2017 a 13 de julho de 2017	0,67%
De 14 de julho de 2017 a 13 de janeiro de 2018	0,55%
De 14 de janeiro de 2018 a 13 de julho de 2018	0,37%
De 14 de julho de 2018 a 13 de janeiro de 2019	0,32%
De 14 de janeiro de 2019 a 13 de julho de 2019	0,25%

6.1.1.3 Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a taxa do Prêmio de Resgate a ser utilizada para cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.1.1.4 No caso do Resgate Antecipado Facultativo, as Debêntures serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.2. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o referido Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.3. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

6.1.4. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Amortização Facultativa Extraordinária

6.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e observados os termos e condições a seguir, realizar a amortização facultativa extraordinária das Debêntures, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação ("Amortização Extraordinária").

6.2.2.1 A Amortização Extraordinária somente poderá ocorrer por meio de (i) correspondência endereçada à totalidade dos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ou (ii) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), em qualquer dos casos, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária ("Data da Amortização Extraordinária").

6.2.2.2 Por ocasião da Amortização Extraordinária, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data da Amortização Extraordinária; e (b) de prêmio de amortização extraordinária, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (*flat*), de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Amortização Extraordinária"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor da Amortização Extraordinária").

Período	Porcentagem
De 14 de julho de 2016 a 13 de janeiro de 2017	0,76%
De 14 de janeiro de 2017 a 13 de julho de 2017	0,67%
De 14 de julho de 2017 a 13 de janeiro de 2018	0,55%
De 14 de janeiro de 2018 a 13 de julho de 2018	0,37%
De 14 de julho de 2018 a 13 de janeiro de 2019	0,32%
De 14 de janeiro de 2019 a 13 de julho de 2019	0,25%

6.2.2.3 Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário, e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.2.2. Caso ocorra a Amortização Extraordinária de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a referida Amortização Extraordinária também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.3 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre a Amortização Extraordinária das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer a Amortização Extraordinária, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

6.2.4 A data para realização de qualquer Amortização Extraordinária no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) Inadimplemento, pela Emissora, por período superior a 1 (um) Dia Útil, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura na data de seu respectivo vencimento;
- (b) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja regularizado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ocorrência do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (c) Se a Fiança: (i) se tornar insuficiente e não for substituída ou reforçada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar sobre a aprovação de nova(s) fiadora(s) para a Emissão ou outras alternativas de reforço ou substituição; (ii) for anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável por decisão judicial transitada em julgado; ou (iii) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo;
- (d) Falsidade comprovada das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura e relativas a esta Emissão e/ou a Fiança;
- (e) Incorreção em qualquer aspecto relevante das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura e relativas a esta Emissão e/ou a Fiança;
- (f) Decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, cujo valor individual ou agregado seja superior a: (i) R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso da Emissora; e/ou (ii) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso de cada Fiadora;
- (g) Inadimplemento de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, sem prejuízo dos prazos para sua regularização previstos nos respectivos instrumentos, cujo valor individual ou agregado seja superior a: (i) R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas),

corrigidos pela variação do IGP-M) (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso da Emissora; e/ou (ii) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso de cada Fiadora; e, em qualquer dos casos, salvo se a Emissora e/ou a respectiva Fiadora, conforme o caso, comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável para as respectivas obrigações (se o período for superior a este prazo), que: (x) referido não pagamento foi sanado, (y) referido não pagamento teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral, ou (z) estão sendo tomadas as medidas necessárias para contestar o não pagamento;

- (h) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso da Emissora; e/ou (ii) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso de cada Fiadora; e, em qualquer dos casos, salvo se (x) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela respectiva Fiadora, conforme o caso, (y) for cancelado ou sustado dentro do prazo legal, inclusive mediante prestação de garantias aceitas pelo Poder Judiciário ou realização de depósitos em juízo pela Emissora e/ou pela respectiva Fiadora, conforme o caso;

- (i) Condenação da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras: (i) em uma ou mais sentenças arbitrais definitivas não cumpridas; (ii) sentenças judiciais transitadas em julgado e não cumpridas; ou (iii) decisões administrativas cujos efeitos não sejam suspensos no prazo de até 30 (trinta) dias e não cumpridas; em qualquer dos casos, desde que tais sentenças e/ou decisões, em conjunto ou isoladamente, resultem em obrigação de pagamento (x) para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo) ou (y) para qualquer das Fiadoras, de valor unitário ou agregado superior a R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo);

- (j) Autuações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a: (i) R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no

caso da Emissora; e/ou (ii) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), corrigidos pela variação do IGP-M (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), no caso de cada Fiadora; e em qualquer dos casos, salvo as hipóteses nas quais as autuações governamentais supra estejam sendo discutidas ou venham a ser, no prazo legal, de boa-fé pela Emissora e/ou pela respectiva Fiadora, conforme o caso, nas esferas administrativas e/ou judiciais competentes;

- (k) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, ou ainda qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras que implique na mudança, alteração ou transferência, a qualquer título, do atual controle societário direto ou indireto da Emissora, salvo se: (i) com a prévia e expressa aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) os atuais controladores indiretos das Fiadoras permanecerem, de forma direta ou indireta, (x) como controladores das Fiadoras, e (y) no bloco de controle da Emissora;
- (l) Redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (m) Alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas, sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (n) Transformação da Emissora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade que não sociedade por ações), nos termos do artigo 220, 221 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) Apresentação, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano, ou ingresso em juízo, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, com requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo requerimento;
- (p) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, qualquer procedimento análogo existente ou que venha a ser criado por lei, incluindo acordo de credores, que seja requerido por ou decretado contra a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras;
- (q) Cessação, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de sua atividade empresarial, por prazo superior a 15 (quinze) Dias Úteis;

- (r) extinção (exceto por incorporação), liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (s) Realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer Fiadoras, desde que, no caso das Fiadoras, tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou aquisição compulsória de ativos impacte negativamente a capacidade de pagamento da respectiva Fiadora em relação a suas obrigações contraídas em relação às Debêntures;
- (t) Se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio: (i) por força de disposição legal; ou (ii) no âmbito dos contratos e instrumentos já celebrados pela Emissora para obtenção de financiamentos junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- (u) Transferência, alienação ou disposição, por qualquer outra forma, de quaisquer bens integrantes do ativo imobilizado da Emissora cujo valor apurado nas respectivas demonstrações financeiras auditadas mais recentes em relação à respectiva data da transferência, alienação ou disposição, conforme o caso, seja superior a 5% (cinco por cento) do valor total do ativo imobilizado da Emissora, conforme apurado nessas mesmas demonstrações financeiras, sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (v) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (w) Distribuição e/ou pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas, acima do mínimo legal de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (x) Utilização dos recursos captados por meio da Oferta Restrita para finalidade diversa da estabelecida nesta Escritura; e
- (y) No caso desta Escritura, de qualquer documento referente à Emissão no qual a Emissora figure como signatária (e/ou de qualquer de suas disposições): (i) ser contestada judicialmente pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras com relação à sua validade; (ii) ser anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável nos termos da

legislação aplicável; ou (iii) ser anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável nos termos de decisão judicial transitada em julgado.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos itens a, b, c, d, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, r, t, u, v, w, x, y acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, informar a Emissora acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas da Cláusula 7.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.1.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.1.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.1.2 acima por falta de quórum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na cláusula 7.1.2 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures, bem como enviar à Emissora comunicação acerca do vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, inclusive os Encargos Moratórios, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 12.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. Obrigações Adicionais da Emissora

8.1.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora se obriga, ainda, a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de encerramento do exercício social, ou em até 7 (sete) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) declaração do Diretor Presidente da Emissora, na forma do seu Estatuto Social, atestando: (x) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (y) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (z) que não foram praticados atos em desacordo com seu Estatuto Social;
- (a.2) Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas;
- (a.3) no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;
- (a.4) confirmação, por escrito, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura;
- (a.5) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência de sua ocorrência; e
- (a.6) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "l" da cláusula 11.4 desta Escritura, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "m" da cláusula 11.4 abaixo.

- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas

demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM, conforme aplicável;
- (d) Convocar, nos termos da Cláusula IX abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, no que for aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Promover o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCEPE e nos Cartórios de RTD;
- (g) cumprir com o artigo 10 da Instrução CVM 476;
- (h) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (i) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (j) Manter as Debêntures registradas para negociação na CETIP durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (k) Notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (l) Manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora;
- (m) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (n) Comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.8 acima;
- (o) Manter sempre válidas, regulares e em vigor as licenças, concessões ou aprovações necessárias à continuidade das atividades da Emissora, da forma como vêm sendo conduzidas;
- (p) Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial e/ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (q) Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (r) Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante e a CETIP;
- (s) Observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando prontamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (t) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;
- (u) Cumprir todas as leis, instruções, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, de forma a conduzir seus negócios da forma como vêm sendo conduzidos, exceto as leis, instruções, regras, regulamentos e ordens aplicáveis que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ ou judicial;
- (w) Efetuar o pagamento de todas as despesas despendidas pelo Agente Fiduciário que venham a ser comprovadamente necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e
- (x) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

8.2. Obrigações Adicionais das Fiadoras

8.2.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, cada uma das Fiadoras se obriga, ainda, a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos da data de encerramento do exercício social, ou em até 7 (sete) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
 - (ii) no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão e/ou com a Fiança que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência de sua ocorrência.
- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com quaisquer outras normas eventualmente aplicáveis;
- (d) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com quaisquer outras normas eventualmente aplicáveis;
- (e) Notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas suas condições (financeiras ou outras) ou nos seus negócios que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela respectiva Fiadora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (f) Cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura;
- (g) Uma vez formalizada e constituída, manter sempre válida e exigível a Fiança; e

- (h) Manter sempre válidas, regulares e em vigor, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam Parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.2. Quórum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Quórum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 9.3.2 e 9.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quórum previsto acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura;
- II. a renúncia e/ou o perdão temporário com relação a qualquer Evento de Inadimplemento, que deverão ser aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; e
- III. a efetiva alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; (v) datas de amortização; e (vi) Fiança.

9.3.3. As alterações dos quóruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3. deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

10.1. Declarações da Emissora

10.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) A celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (e) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, com exceção das autorizações ou licenças que foram requeridas no prazo legal e cuja apreciação pelo agente administrativo competente ainda esteja pendente;
- (f) Está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais que estejam sendo discutidos de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável;

- (h) Não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar ou vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (i) Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (j) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (k) É uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (l) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) mantém em vigor todo e qualquer instrumento ou contrato da qual a Emissora seja parte cuja eventual extinção impedisse a Emissora de conduzir suas operações;
- (o) Cumprirá rigorosamente no que lhe couber para o exercício regular de seus negócios, tal como vêm sendo conduzidos até a presente data, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (p) Está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (q) Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (r) Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e as formas de cálculo da Remuneração das Debêntures foram acordadas por

livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e

- (s) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. Declarações das Fiadoras

10.2.1. Cada uma das Fiadoras declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a prestar a Fiança e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) A celebração desta Escritura, a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da respectiva Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da respectiva Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (e) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, com exceção das autorizações ou licenças que foram requeridas no prazo legal e cuja apreciação pelo agente administrativo competente ainda esteja pendente;
- (f) Está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais estejam sendo questionadas de boa-fé, nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (g) As demonstrações financeiras da respectiva Fiadora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em

conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicável;

- (h) Não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar ou vir a afetar a capacidade da respectiva Fiadora de cumprir com as suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (i) Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (j) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (k) É uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (l) Mantém em vigor todo e qualquer instrumento ou contrato da qual a respectiva Fiadora seja parte cuja eventual extinção impedisse a respectiva Fiadora de conduzir suas operações;
- (m) Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e as formas de cálculo da Remuneração das Debêntures foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) Está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura; e
- (o) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da respectiva Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA XI AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

11.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) Não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (d) Está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) Não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (f) Está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) A celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) Para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura, não presta serviço de agente fiduciário em quaisquer emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora; e
- (j) Verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, por meio das informações e documentos prestados pela Emissora e pelas Fiadoras.

11.3. Substituição

11.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas

que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 11.3.6 abaixo.

11.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

11.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

11.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento, devendo ser arquivado na JUCEPE.

11.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

11.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

11.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

11.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (i) Solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
- 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- 1.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- 1.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (m) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na CETIP; e
 - m.5) na sede do Coordenador Líder.
- (n) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 2.2 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso "I" se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

- (o) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como a relação dos Debenturistas;
- (p) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (q) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1) à CVM; e
 - q.2) à CETIP;
- (r) Acompanhar a ocorrência de qualquer Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (s) disponibilizar o preço unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto do Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*.

11.5. Atribuições Específicas

11.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, incluindo mediante a execução da Fiança;
- (b) Requerer a falência da Emissora;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

11.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação quando se tratar da hipótese disposta na alínea "d" acima.

11.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora e as Fiadoras, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas, à Emissora e/ou às Fiadoras. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando assim o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

11.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

11.6. Remuneração do Agente Fiduciário

11.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) Parcelas anuais de R\$3.000,00 (três mil reais), sendo devida a primeira parcela 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura, e as demais na mesma data dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

- (ii) As parcelas citadas acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (iii) As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M (ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo), calculado *pro rata die* a partir da data de pagamento da primeira parcela;
- (iv) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (v) As remunerações não incluem as despesas razoáveis e usuais com viagens, alimentação, estadias, transporte, publicações em geral, contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos necessários ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis e usuais com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- (vi) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, e
- (vii) Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características de Emissão facultarão o Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

11.7. Despesas

11.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

11.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

11.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, conforme previsto nas obrigações da mesma nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

11.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. Para a Emissora:

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

Ilha de Tatuoca s/nº, Complexo Ind. Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE
55590-970, Ipojuca – PE

At.: Carlos Alberto Nunes / Fuminori Odagiri / Reinaldo Martinho

Tel.: (81) 3311-7203 / 7487 / 7671

Fax: (81) 3311-7278

E-mail: carlos.nunes@easbr.com / fuminori.odagiri@easbr.com /
reinaldo.martinho@easbr.com

II. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca
22640-102 Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira.

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

III. Para as Fiadoras:

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Rua Santa Luzia, nº 651, 7º andar, Centro
20030-041, Rio de Janeiro – RJ

At.: Amílcar Bastos Falcão

Tel.: (21) 2131-7235

Fax: (21) 2212-8910

E-mail: amilcarfalcao@queirozgalvao.com

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 6º andar
01452-001, São Paulo - SP

At.: Diretor Financeiro, Sr. Carlos Roberto Ogeda Rodrigues

Tel.: (11) 2787-4000

E-mail: carlos.ogeda@camargocorrea.com.br

IV. Para o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco, SP - CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852

Fax: (11) 3684-2714

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

V. Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo, SP - CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

12.1.3. A mudança de qualquer dos dados de contato acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seus dados alterados, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência, responsabilizando-se a Emissora pela comunicação às demais Partes sobre a mudança de qualquer dos dados de contato do Escriturador Mandatário e Banco Liquidante e/ou da CETIP.

12.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.3. Título Executivo

Esta Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.689, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nelas contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais Aditamentos, bem como dos atos societários relacionados a esta Emissão e à Fiança, nos registros competentes, serão exclusivamente de responsabilidade da Emissora.

12.5. Prazos

12.5.1. A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

12.5.2. Para fins de apuração e cumprimento de obrigações não pecuniárias das Partes, a expressão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado de âmbito nacional ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco. Para todos os demais fins desta Escritura, a expressão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado de âmbito nacional.

12.6. Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as Declarações de Investidores Qualificados e publicações previstas na Instrução CVM 476.

12.7. Aditamentos

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Fiadoras, bem como: (i) protocolados em até 7 (sete) Dias Úteis da assinatura do Aditamento; (ii) arquivados na JUCEPE, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura; e (iii)

registrados e averbados à margem do registro da Escritura nos Cartórios de RTD, em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura.

12.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes firmam o presente instrumento em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de junho de 2014.

[ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTEs]

[REstante DA PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]


Página de Assinaturas 1/5 do Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A.

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

como Emissora

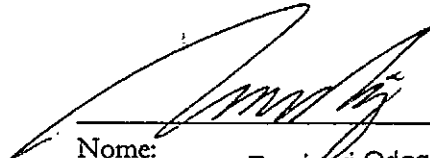
Nome:

Cargo:


Carlos Alberto Nunes
CPF 064.945.538-00
Diretor Executivo Financeiro
ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL

Nome:

Cargo:


Fumimori Odagiri
Diretor Financeiro
CPF: 180.388.628-56
Estaleiro Atlântico Sul

Reconheço a
firma de

Cartório de Registro Civil e Tabelionato
de Nossa Senhora do Ó - IPOJUCA-PE
AUTENTICIDADE DE SEMELHANÇA
Reconheço a(s) firma(s) de Carlos Alberto Nunes
Fumimori Odagiri

Em testemunho [Assinatura] da verdade e dou fé
Nossa Senhora do Ó de 04 de 07 de 2019

Maria de Fátima do Rêgo
Maria de Fátima do Rêgo - Oficial e Tabelião
Flávio Henrique de Rêgo Souza - 1º Substituto

Emolumentos pago por firma _____ R\$ 3,09
TOMR 20% por firma _____ R\$ 0,62
Imp. por firma _____ R\$ 3,71

ACQ018656

Página de Assinaturas 2/5 do Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas


Nome:

Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

2º OFÍCIO DE NOTAS - IABELIAO: ADILSON WAGNER FIRMINO
Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA*****

Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2014. Conf. por _____

Em testemunho _____ da verdade.

Emolumentos. R\$4,28
Impostos. R\$1,42
Total R\$5,70

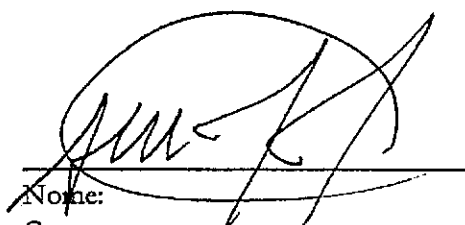
Ofício^{2º}
DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Escritor
CTPS 78631 Série 108 RJ

CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUT
EAIN02183-YIO Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Página de Assinaturas 3/5 do Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A.

QUEIROZ GALVÃO S.A.

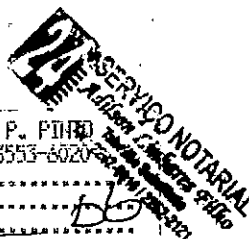
como Fiadora

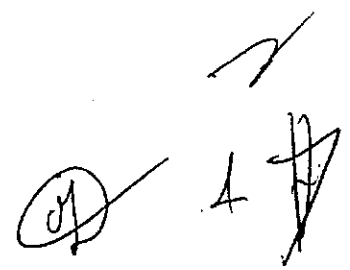

Nome:
Cargo:
Amílcar Bastos Falcão
Diretor / Officer


Nome:
Cargo:
Agostinho Serafim Junior

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24o OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINHO
A(S) FIRM(A)S DE Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
AMILCAR BASTOS FALCAO, AGOSTINHO SERAFIM JUNIOR.....

Valor total: 11,40
Rio de Janeiro, 01/07/2014. ADILSON LINS REIS FILHO
EAI87666-003 e EAI87667-1LH
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





Página de Assinaturas 4/5 do Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A.

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

como Fiadora

Nome:

Cargo:

Olavando José Ferreira Neto

Nome:

Cargo:

Reconheço a
firma de



Cartório de Registro Civil e Tabelionato
de Nossa Senhora do Ó - IPOJUCA-PE

☐ AUTENTICIDADE SEMELHANÇA

Reconheço a(s) firma(s) de *Olavando José*

Ferreira Neto

Em testemunho *[Signature]* da verdade e dou fé

Nossa Senhora do Ó de *07* de 2014

Maria de Fátima do Rêgo

☒ Maria de Fátima do Rêgo - Oficial e Tabelã

☐ Flávio Henrique de Rêgo Souza - 1º Substituto

Emolumentos pago por firma R\$ 3,09

TSNR 20% por firma R\$ 0,62

Total por firma R\$ 3,71


[Handwritten marks]

Página de Assinaturas 5/5 do Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estaleiro Atlântico Sul S.A.

Testemunhas:

Nome:

CPF:


Reinaldo Martinho
CPF 044.382.978-00
Gestor Administrativo de Recursos
ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL

Nome: RICARDO ROBERTO SOUZA COSTA

CPF: 037.565.176-09

